

REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DO NEABI-CMC

educação, políticas públicas, arte e
cultura étnico-racial

Vilma de Jesus de Almeida Serra
Mirlândia Regina Amazonas-Passos
organizadoras

 INSTITUTO FEDERAL
Amazonas
Campus Manaus Centro

 NEABI
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena
IFAM - CAMPUS MANAUS CENTRO



REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DO NEABI-CMC

educação, políticas públicas, arte e
cultura étnico-racial

Vilma de Jesus de Almeida Serra
Mirlândia Regina Amazonas-Passos
organizadoras



INSTITUTO FEDERAL
amazonas
Campus Manaus Centro



NEABI
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena
IFAM - CAMPUS MANAUS CENTRO

REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DO NEABI-CMC

educação, políticas públicas, arte e
cultura étnico-racial

Este e-book é mais uma produção do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena do Campus Manaus Centro (NEABI-CMC) que traz relatos de experiências e reflexões sobre ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela comunidade IFAM Campus Manaus Centro, abrangendo o contexto étnico-racial .

Os autores que assinam este e-book transitam entre discentes do ensino técnico, discentes da graduação, pós-graduação, professores e técnicos administrativos que contribuíram para a produção deste e-book relatando suas ações desenvolvidas em projetos de extensão, de ensino, de voluntariado e como monitores na organização dos eventos Semana dos Povos Indígenas do Amazonas 2023 e Encontro do NEABI-CMC em Ensino, Pesquisa e Extensão, o ENCEPE 2024 que abordou a temática “Diversidade étnico-racial no contexto escolar”.

Site do NEABI-CMC



Repositório do IFAM



VILMA DE JESUS DE ALMEIDA SERRA
MIRLÂNDIA REGINA AMAZONAS-PASSOS
organizadoras

REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DO NEABI-CMC

educação, políticas públicas, arte e
cultura étnico-racial

MANAUS-AM
2024



Diretor-Geral do Campus Manaus Centro do IFAM
Prof. Dr. Edson Valente Chaves

Coordenadora do NEABI-CMC
Prof. Ma. Vilma de Jesus de Almeida Serra

Organizadoras

Vilma de Jesus de Almeida Serra
Mirlândia Regina Amazonas-Passos

Revisão textual

Vilma de Jesus de Almeida Serra

Diagramação e normalização bibliográfica

Mirlândia Regina Amazonas-Passos

Recurso de diagramação

<https://www.canva.com/>

Dados internacionais de Catalogação na Publicação

R332 Reflexões e experiências do NEABI-CMC: educação, políticas públicas, arte e cultura étnico-racial / organizadoras, Vilma de Jesus de Almeida Serra, Mirlândia Regina Amazonas-Passos. – Manaus: NEABI-CMC, 2024.
159 p. : il. color.

Vários autores.
Publicação em meio digital (PDF).
e-ISBN 978-65-85652-75-9

1. Cotas raciais – Educação. 2. História e cultura afro-brasileira – Educação.
3. Povos indígenas. 4. Projeto de extensão. 5. Ensino contextualizado. 6. Educação profissional técnica e tecnológica. I. Serra, Vilma de Jesus de Almeida.
II. Amazonas-Passos, Mirlândia Regina. III. NEABI-CMC. V. Instituto Federal do Amazonas. VI. Título.

CDD (21. ed.) 306.9

Sumário

Apresentação, 7

1

Acesso dos alunos indígenas pelas cotas raciais no IFAM Campus Manaus Centro

Vilma de Jesus de Almeida Serra
Mirlândia Regina Amazonas-Passos
Cybelle Taveira Bentes, **9**

Vilma de Jesus de Almeida Serra
Mirlândia Regina Amazonas-Passos
Anne Yousebecca Louis, **28**

Ações de extensão via NEABI-CMC: arte, cultura e produção textual no contexto étnico-racial

2

3
Olhares em formação: a valorização dos povos originários e a Semana dos Povos Indígenas no IFAM-CMC

Andreza de Souza Assis, **42**

Carla Monique Santos Santana, **55**

4
Entre cantos e contos: o encontro das diferenças, uma experiência de educação antirracista e valorização indígena

5

Plantas medicinais e as tradições indígenas

Renata Maria da Silva
Louisiane Torres Ribeiro, **75**

6

Jardim sensorial:
perspectivas para o ensino
contextualizado na Amazônia

Ana Graziela Gomes Travassos
Iarima Naama Ferreira Lopes
Juliana Mesquita V. M. de Lucena, **91**

Lucy Lany Ribeiro Gusmão, **109**

Experiência como ouvinte
da mesa-redonda: Educação
e inclusão no currículo
escolar da história e cultura
afro-brasileira e indígena

7

8

Vivências com povos
indígenas em Manaus

Fabrcio Filizola Souza,
Jean Negreiros Ferreira,
Juvenal Severino Botelho, **119**

Anne Yousebecca Louis, **130**

Práticas formativas sobre a
temática étnico-racial no
IFAM-CMC

9

10

Povos indígenas: uma
construção do
conhecimento literário

Sthefany Peixoto de Lima
Letícia Gabriella Castro da Silva
Marcos Tadeu Oliveira da Costa, **138**

Marcela Oliveira dos Santos, **148**

Aprendizagem baseada na
temática indígena do
Amazonas

11



Apresentação

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena do Campus Manaus Centro (NEABI-CMC) apresenta à comunidade acadêmica e aos leitores em geral este e-book como um produto informacional dos resultados das ações desenvolvidas no âmbito da promoção da educação antirracista na escola.

A construção textual desse livro digital transita em nossas várias práticas de ensino, pesquisa e extensão sobre a temática étnico-racial e combate ao racismo desenvolvidas através de ações extensionistas, com apoio do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), via PROEX-IFAM, projetos de ensino, de pesquisa e por meio de eventos, como o da “Semana dos povos indígenas do Amazonas 2023: encontro das diferenças” e mais recentemente o “Encontro do NEABI-CMC 2024: diversidade étnico-racial no contexto escolar”, o ENCEPE 2024. Portanto, esta edição traz o resultado das ações do Projeto de extensão de 2024: “Experiências extensionistas do NEABI-CMC: arte, cultura e produção textual no contexto étnico-racial”, e do projeto de 2023: “Políticas afirmativas raciais na educação básica no contexto do IFAM Campus Manaus Centro”.

Encontram-se, também, aqui compilados os relatos e reflexões sobre as experiências vivenciadas nas atividades desenvolvidas pelo NEABI-CMC nos anos de 2021 a 2024, envolvendo as várias ações de gestão, ensino, pesquisa e extensão, detalhadas pelos autores nos capítulos correspondentes, além de relatos de experiências sobre os trabalhos de procedimento nos processos seletivos do Campus Manaus Centro, realizados pelas Comissões de Heteroidentificação, relatados conforme a visão de alunos que participaram dos processos e dos eventos de culminância realizados pelo NEABI-CMC.

É rica a exposição dos autores! E mais proveitoso, ainda, é ler os capítulos escritos pelos alunos dos 1º e 2º anos dos cursos do Campus Manaus Centro, com beleza expressiva e discursiva que denota aprendizagem significativa da literatura com a temática indígena regional. Ricos, também, são os capítulos escritos pelos acadêmicos



Apresentação

defendendo como é necessário a intertextualidade na construção e efetivação de saberes.

Além disso, brilhantes, também, estão os capítulos escritos por técnicos-administrativos e professores, com vasta atuação na docência, mas que dedicaram um pouco do seu limitado tempo para contribuir por meio da escrita, compartilhando suas experiências, visões e trabalhos que dialogam no ensino, pesquisa e extensão sobre a temática da cultura e história dos povos afro-brasileiro e indígena, trazendo a interdisciplinaridade e o pensamento complexo.

A equipe do NEABI-CMC, sente-se realizada pela compilação textual dessas temáticas dispostas nos capítulos deste e-book, que diante da exatidão com que se apresentam engrandecem nosso trabalho e enriquecem o e-book. As reflexões dos autores afastam o dilema da educação engessada e premiam o poder de compreensão das diferenças e diversidades intelectuais no contexto étnico-racial de nosso país dentro do ensino.

Caro leitor, quando você ler esses capítulos irá compreender o que é fazer educação por amor, o que é lutar por uma sociedade mais igualitária, pois ao ler textos com alta proficiência de alunos de ensino médio e graduação, você irá compreender o que é quebrar paradigma, o que é deixar de ser positivista, e assim confirmar que existem perspectivas por detrás das luzes da ribalta.

Esse e-book representa um contínuo trabalho de atividades e iniciativas de uma educação inclusiva, a fim de enfrentar os inúmeros desafios de trazer a temática étnico-racial para o contexto escolar. Nossa conquista no NEABI-CMC é ímpar e perene, pois este e-book retrata o valor de estudar, ler e escrever sobre um tema que precisa ser muito discutido.

Vilma de Jesus de Almeida Serra
Professora EBTT-IFAM-CMC

Mirlândia Regina Amazonas-Passos
Bibliotecária IFAM-CMC



REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DO NEABI-CMC

EDUCAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS, ARTE E CULTURA ÉTNICO-RACIAL

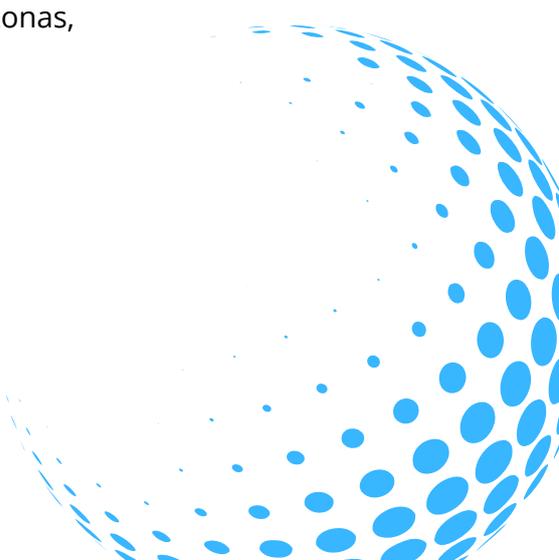


CAPÍTULO 7

Experiência como ouvinte da mesa-redonda: Educação e inclusão no currículo escolar da história e cultura afro-brasileira e indígena

LUCY LANY RIBEIRO GUSMÃO

Graduada em Licenciatura Plena em História,
Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira,
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em
Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT),
bolsista FAPEAM, Instituto Federal do Amazonas,
Campus Manaus Centro





LUCY LANY RIBEIRO GUSMÃO
<http://lattes.cnpq.br/6668762192922859>

Experiência como ouvinte da mesa-redonda: Educação e inclusão no currículo escolar da história e cultura afro-brasileira e indígena

RESUMO

O relato de experiência buscou refletir a respeito da temática da mesa-redonda intitulada “Educação e inclusão no currículo escolar da história e cultura afro-brasileira e indígena”, que contou com exímias contribuições pelos convidados. A atividade desenvolvida foi parte do evento da “Semana dos Povos Indígenas do Amazonas 2023: encontro das diferenças”, promovido pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígenas (NEABI-CMC). Tendo como base a escuta da mesa-redonda e a literatura existente em relação a abordagem das temáticas indígenas foi repensado especificamente os impactos da Lei n. 11.645/2008 e do evento realizado pelo NEABI.

Palavras-chave: Lei n. 11.645/2008; história e cultura afro-brasileira e indígena; currículo.

1 INTRODUÇÃO

O evento da “Semana dos Povos Indígenas do Amazonas 2023: encontro das diferenças” foi realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Campus Manaus Centro e promovido pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígenas (NEABI-CMC), ocorreu nos dias 09 e 10 de novembro de 2023 e contou com diversas atividades, como a exposição de pinturas em tela, palestras, mesa redonda, mostras de artesanato e atividades culturais envolvendo danças, canto e declamação de poesias.

Dentre as atividades desenvolvidas, irei me deter nas reflexões formadas a partir da mesa redonda Lei n. 11.645/2008 - Educação: inclusão no currículo escolar da história e cultura afro-brasileira e indígena, que foi composta por Estélio Lopes Cardoso – Munduruku, membro do Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas (MEIAM), Maryluce Pereira de Almeida – guia do Museu do Índio,



Duhigó Clarice Gama da Silva Arbella – Tukano, diretora da Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN).

A mesa-redonda foi realizada no segundo dia do evento, no auditório Jorge Alberto Furtado no Campus Manaus Centro do IFAM. A apresentação contou com o uso de slides em alguns momentos e um material didático elaborada em língua indígena utilizado pela professora tukano Clarice.

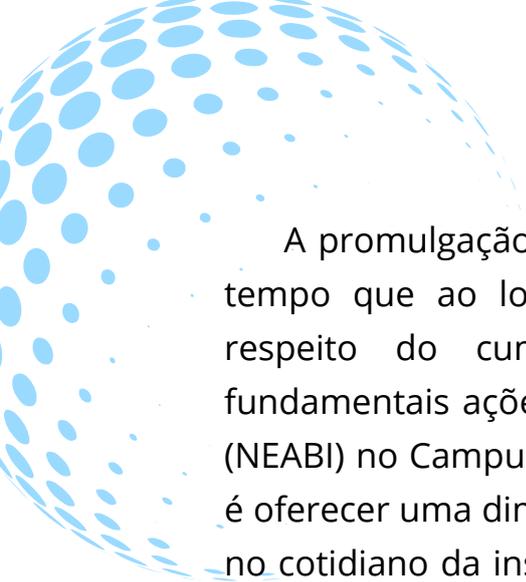
O objetivo do relato é articular o debate da mesa redonda com a Lei n. 11.645/2008, que tornou obrigatória a inclusão da história e cultura dos povos indígenas brasileiros em todo o currículo da educação básica.

A Lei n. 11.645/2008 é um dos instrumentos que fazem parte de uma ação mais ampla das políticas de ações afirmativas para o fortalecimento de uma educação das relações étnico-raciais. Evidentemente esse instrumento legal fornece inúmeras possibilidades para promoção de uma educação que dialogue com a produção dos saberes indígenas.

Portanto, o relato de experiência se justifica pela necessidade de ampliar mais as perspectivas do alcance dessas leis, sobretudo quando ocupamos um espaço que busca trabalhar as relações étnicas-raciais dentro das possibilidades ofertadas pela legislação.

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA LEI N. 11.645/2008 E NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIRO E INDÍGENA (NEABI)

Passaram-se 16 anos desde a aprovação da Lei n. 11.645/2008, que entrou em vigor no dia 10 de março do ano de 2008 ampliando a lei 10.639/2003 que regulamenta a obrigatoriedade da história e cultura afro-brasileira, a primeira institui especificamente as temáticas indígenas nos currículos escolares, conquista que foi reflexo das mobilizações sociais que buscavam reconhecimento e valorização das histórias e culturas indígenas nos currículos escolares não indígenas.



A promulgação, sem dúvidas, é um passo importante, ao mesmo tempo que ao longo dos anos surgem inúmeras inquietações a respeito do cumprimento dessas leis. Neste contexto, são fundamentais ações do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena (NEABI) no Campus Manaus Centro, pois um dos objetivos do Núcleo é oferecer uma dimensão concreta das ações das políticas afirmativas no cotidiano da instituição, além de contribuir para a prática de uma educação antirracista, que atravessa a sala de aula e envolve a instituição como um todo.

Nesse sentido, ao descrever o processo de implementação do NEABI-CMC, Serra et al. (2020) aponta que a interdisciplinaridade orienta as práticas de trabalho e estudo do Núcleo.

A abordagem perpassa a composição do currículo integrado enquanto proposta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) na forma integrada, ou seja, é a proposta de currículo que orienta os cursos técnicos do ensino médio na forma integrada.

Desta maneira, a articulação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena do Campus Manaus Centro com uma proposta institucional curricular que busca uma formação humana mais integrada pode possibilitar frutíferas experiências de práticas de ensino que podem ser pensadas a partir dos propósitos que a Lei n. 11.645/2008 coloca, pois, o texto legislativo traz que a história e cultura afro-brasileira e indígena deve ser trabalhada em todo o currículo (Brasil, 2008).

Tendo em vista contribuir com a formação humana e integral dos alunos do Campus Manaus Centro, como uma de suas ações, o NEABI-CMC realizou o evento “Semana dos Povos Indígenas do Amazonas 2023: encontro das diferenças”. O evento foi marcado por uma série de atividades, dentre essas a mesa-redonda na qual foi discutida a inclusão da história e cultura dos povos indígenas no currículo, tendo como público-alvo toda a comunidade acadêmico-escolar do Campus e palestrantes personalidades indígenas esidentes na nossa cidade de Manaus.

2.1 Mesa-redonda: Educação e inclusão no currículo escolar da história e cultura afro-brasileira e indígena

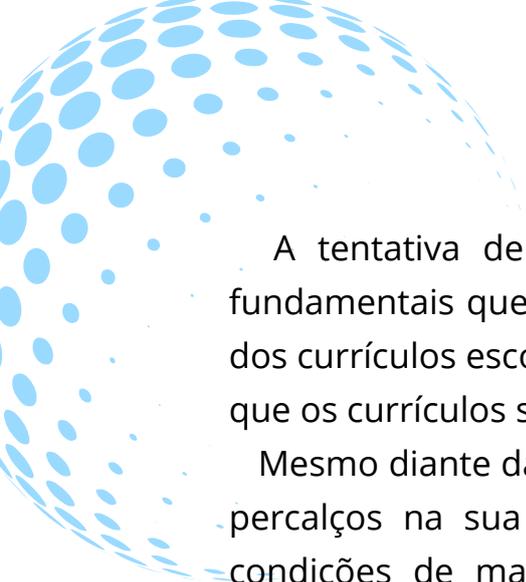
As contribuições da mesa-redonda de forma geral nos convocam para a importância de pensar epistemologias no currículo que fogem da perspectiva predominantemente eurocêntrica, carregada de uma série de representações estereotipadas dos povos indígenas. Se torna cada vez mais urgente uma postura crítica perante o ensino da história e da cultura dos povos indígenas. Ao falar desses povos, Baniwa (2019, p. 88) coloca

São povos falantes de suas línguas próprias, gozam de autonomia etnopolítica no interior de seus territórios e decidiram dar continuidade aos seus modos próprios de vida, por meio de suas culturas, tradições, sistemas educativos, econômicos, políticos e religiosos.

Pensar nas abordagens dessas histórias no contexto escolar se faz imprescindível tendo em vista o contexto da nossa localidade, enquanto diversidade amazônica.

Uma outra fala que reverberou na atividade da mesa redonda foi a relação de descaso do Estado para com as populações indígenas, o Estado através da Constituição de 1988, atualmente, em vigor trata em um de seus artigos que somos iguais perante a legislação, além de reconhecer em outros artigos a sociodiversidade brasileira. Perante o histórico do genocídio das populações indígenas, reconhecer é um passo importante, mas não garante plenamente os direitos desses povos.

Ainda são fortes os discursos e as práticas, predominantemente, baseados na perspectiva de universalização dos direitos, uma parte das vezes não dando importância às especificidades dos direitos indígenas ou os colocando como se fossem direitos complementares aos direitos humanos (Baniwa, 2019).



A tentativa de homogeneização desses povos ou dos direitos fundamentais que lhe são próprios acaba perpassando a construção dos currículos escolares, uma vez que é a partir das relações de poder que os currículos são engendrados (Silva, 2016).

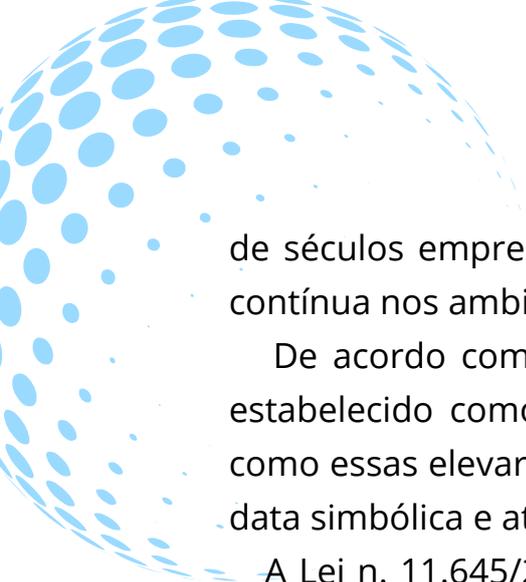
Mesmo diante da obrigatoriedade das referidas leis, existem muitos percalços na sua efetivação, desde questões estruturais como as condições de materiais do trabalho docente, quanto a formação inicial e continuada, a disponibilidade de tempo para a leitura e pesquisa dessas temáticas para um planejamento mais adequado.

É importante também que se reconheça a necessidade do compromisso social e político para que se veja o sentido nas problematizações em torno do currículo e no planejamento, o desconhecimento das questões é uma das maiores questões a serem enfrentadas (Nascimento, 2019). Esse desconhecimento não deixa de ser um dos impactos de se ter ênfase em uma perspectiva histórica única, que geralmente é de base eurocêntrica.

A falta de conhecimento também sobre as leis, seja de instituições de ensino ou dos educadores é um dos reflexos de como o cumprimento vem ocorrendo de maneira lenta ao longo do tempo. Conforme Brighenti (2015) isso revela a necessidade de fiscalização do cumprimento da lei para uma maior efetividade.

Dialogando com contexto mais local, Junior e Silva (2023) apresentaram estudos sobre a aplicação da Lei n. 11.645/2008 em um dos *campi* do IFAM envolvendo pesquisas com discentes, docentes e pedagogos, a fim de tratar a questão do preconceito étnico. Os resultados mostram a necessidade de um maior tratamento referente aos desdobramentos da lei para além de datas comemorativas, como o dia dos povos indígenas em abril ou dia da consciência negra em novembro.

Pensar no dia 19 de abril, que é o Dia dos Povos Indígenas como uma data apenas para celebrar e valorizar a diversidade dos povos originários é não considerar as diversas lutas e resistências ao longo



de séculos empreendidas por esses povos. Deve ser uma discussão contínua nos ambientes formais e não-formais de ensino.

De acordo com Cardoso Munduruku (2024), o dia 19 deveria ser estabelecido como um feriado nacional. A importância de medidas como essas elevaria o grau de importância que iria para além de uma data simbólica e até tratada ainda através do folclórico.

A Lei n. 11.645/2008 é considerada um marco, que pode trabalhar pontualmente o estigma da inferioridade e do exótico na educação étnico-racial. Existem outros documentos oficiais que contribuem para as orientações desse ensino, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas e Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica.

No geral, para a fiscalização da efetividade das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 é necessária a mobilização de diversas instâncias competentes no acompanhamento dessa implementação e seus principais efeitos.

3 REFLEXÕES

A mesa redonda e as demais atividades foram vitais para refletirmos ainda mais sobre a sociodiversidade dos povos indígenas presentes na realidade amazônica. A escuta dos relatos de experiências de reconhecimento de identidade indígena, as palestras que destacaram pesquisas e os projetos com temáticas da educação indígena na pós-graduação. As intervenções culturais, como a apresentação de dança da etnia Tukano e entre outras atividades, que propiciaram uma tarde cheia de riqueza e emoção para quem prestigiou.

A figura 1 representa esse belíssimo momento de uma das danças apresentadas.

Figura 1 - Dança da etnia Tukano

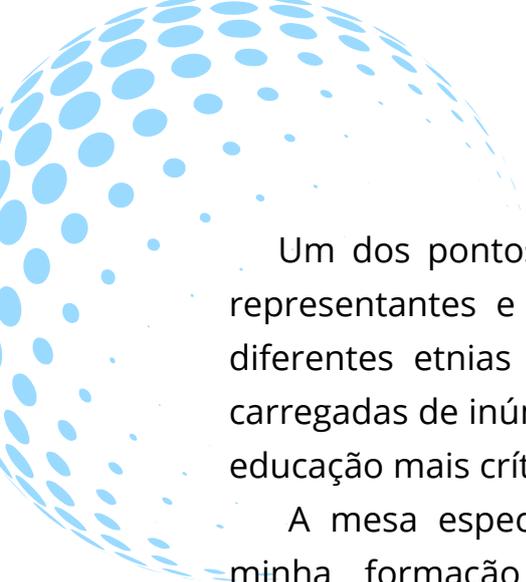


Foto: Autoria própria (2023)

Figura 2 - Esta autora e a presidente da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro em Manaus (AMARN)



Foto: Autoria própria (2023)



Um dos pontos altos de ter participado do evento foi conhecer representantes e ativistas dos movimentos indígenas a partir das diferentes etnias presentes na nossa região, que trouxeram falas carregadas de inúmeras potencialidades para a compreensão de uma educação mais crítica das relações étnico-raciais.

A mesa especificamente analisada contribuiu significativa para minha formação enquanto educadora, me instigou a buscar referências, como a professora Duhigó Clarice Gama da Silva Arbella, pude conhecer um pouco mais da atuação das mulheres indígenas no Alto Rio Negro e conhecer seus trabalhos em outros âmbitos. Assim como os demais participantes da mesa, destacaram a abordagem das pautas da história e cultura indígena em outros espaços de educação.

O evento contribuiu para ampliar as reflexões acerca das lacunas na minha formação acadêmica, ao longo dos anos, da minha graduação em História e reiterar a importância de construir conhecimentos que estejam alinhados a uma perspectiva antirracista.

O NEABI-CMC através desse evento conseguiu dar visibilidade a relevância das políticas afirmativas no âmbito da nossa sociedade e chamar atenção para as possibilidades de trabalho das relações étnico-raciais. Logo, o evento foi uma experiência que gerou diversos impactos positivos.

REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem. Direitos humanos e direitos Indígenas na Perspectiva da Lei n. 11.645/2008. *In: Educação em rede: culturas indígenas, diversidade e educação*. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2019. v. 7. p. 82-105. Disponível em: <https://www.sesc.com.br/multimedia/publicacoes/pdf-educacao-em-rede-vol-7/>. Acesso em: 20 maio. 2024.

BRASIL. **Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília,



2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 20 maio. 2024.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Decolonialidade, Ensino e Povos Indígenas: Uma reflexão sobre a Lei n. 11.645. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Lugares dos historiadores: velhos e novos historiadores, 28., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1461007755_ARQUIVO_Artigo_XXVIII_SNH.pdf . Acesso em: 25 maio. 2024.

CARDOSO MUNDURUKU, Estélio. 19 de abril deveria ser um feriado nacional. **Norte em foco**. 2024. Disponível em: <https://nortemefoco.com.br/colunas/estelio-munduruku/19-de-abril-deveria-ser-um-feriado-nacional/>. Acesso em: 20 abril. 2024.

NASCIMENTO, Rita Gomes do. A Lei n. 11.645/08 e o ensino da temática indígena: fundamentos e desafios de um currículo intercultural para uma sociedade pluriétnica. *In*: **Educação em rede**: culturas indígenas, diversidade e educação. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2019. v. 7. p. 82-105. Disponível em: <https://www.sesc.com.br/multimidia/publicacoes/pdf-educacao-em-rede-vol-7/>. Acesso em: 20 maio. 2024.

SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos; SILVA, Zenaide Batista da. O IFAM na obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira. *In*: SERRA, Vilma de Jesus de Almeida; AMAZONAS-PASSOS, Mirlândia Regina (org.). **Negritude em pauta**: relatos de experiências e reflexões das ações NEABI-CMC por uma educação antirracista na escola. 1. ed. Manaus: NEABI-CMC ; EDIFAM, 2023. E-book. Disponível em: <https://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/1379>. Acesso em: 20 maio.2024.

SERRA, Vilma de Jesus de Almeida; VALE, Damião Vasconcelos do; CARVALHO, Talita Pedrosa Vieira de; SANTOS, Ana Lúcia Mendes dos. Implementação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena no Campus Manaus Centro. *Nexus - Revista de Extensão do IFAM*, v. 6, n. 10, p. 81-89, 2022. Disponível em: <https://nexus.ifam.edu.br/index.php/revista-nexus/article/view/121>. Acesso em: 20 maio. 2024.